

# Constituinte pode acabar ainda este mês

O deputado Ulysses Guimarães quer concluir os trabalhos da Constituinte até o dia 30 de agosto. Por isso, convocou os 559 constituintes para um "esforço concentrado" a partir do dia 25 (quinta-feira da próxima semana) até o dia 30. As sessões, inclusive de sábado e domingo, deverão ser realizadas pela manhã, tarde e noite, "tempo suficiente para ultimar a votação dos destaques que ainda restam", afirmou o presidente da Assembleia. Ulysses apelou ainda para que as lideranças se "esforçem" convocando suas bancadas e garantindo o quorum nas sessões extras.



O anúncio oficial do "esforço concentrado" foi feito ontem à tarde, no plenário, pelo deputado Ulysses Guimarães. Como geralmente ocorre às segundas-feiras, não houve quorum para a sessão de ontem, com apenas 220 constituintes presentes. Depois dessa verificação, Ulysses pediu o apoio de todas as lideranças à convocação que foi feita durante o final de semana por telegrama a todos os constituintes.

Para o deputado, essas sessões extraordinárias são mais do que suficientes para a conclusão da votação de segundo turno. Até agora, explicou, já foram votados 110 destaques, relativos aos títulos I (Princípios Fundamentais) e II (Direitos e Garantias Fundamentais). Para o término da apreciação dos sete títulos que faltam existem 655 des-

taques apresentados. Ulysses Guimarães afirmou que se for considerada a média de 30 destaques votados por sessão normal (tarde e noite) seriam necessários cerca de 20 dias para a conclusão do segundo turno.

### Divergências

Com base nesses cálculos é que o presidente da Constituinte decidiu convocar apenas seis votações extraordinárias, pois equivaleriam ao dobro do tempo disponível em dias normais. Essas sessões somadas às seis que se realizarão normalmente nesta e na próxima semana totalizariam o tempo equivalente a 18 sessões.

Se os constituintes estiverem dispostos a aceitar a intenção do deputado Ulysses Guimarães poderá ser concretizada. Isso porque falta apenas a votação do direito de greve para a conclusão do título II — o mais controverso da futura Constituição. A votação dos títulos II, IV, V e VI — da Organização do Estado, da Organização dos Poderes, da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, e da Tributação e Orçamento — é relativamente rápida por existirem poucos pontos de divergência.

NO título que trata da Ordem Econômica a votação poderá voltar a ser um pouco lenta, já que nele estão temas polêmicos, como: definição de empresa nacional, nacionalização da exploração mineral e tabelamento dos juros. Esse, no entanto, deverá ser um dos últimos embates entre os conservadores e progressistas, pois nos títulos da Ordem Social e das Disposições Gerais e Transitórias também existem poucas divergências.

## Voto aos 16 anos ameaçado

O voto aos 16 anos e a proibição de reeleição de prefeitos serão apreciados sem acordo pelo plenário da Constituinte. Essa decisão foi tomada ontem à noite pelas lideranças partidárias, depois de acertarem manter ou suprimir vários pontos do capítulo que trata dos Direitos Políticos do projeto de Constituição. As negociações avançaram até o artigo 21 do texto, que já trata da Organização Política Administrativa do Estado. A maior parte será mantida, mas alguns itens, como as regras para a elegibilidade dos militares, ainda serão discutidos em uma reunião antes da sessão.

Um dos pontos que será suprimido, pelo acordo de ontem, é a ressalva que se faz para os parlamentares que queiram disputar um mandato de prefeito, governador ou presidente da República, cujos parentes já tenham exercido essas funções. O dispositivo proíbe essa possibilidade para todos, menos para deputados e senadores. Para não ficar um favorecimento, ou legislação em causa própria flagrante, os líderes decidiram por uma medida "casuística": retiram a expressão que faz a ressalva para os parla-

mentares e a colocam nas Disposições Transitórias, para ficar valendo apenas para as eleições municipais deste ano, pois muitos deputados estão disputando o pleito de 15 de novembro nessa condição.

### Sem acordo

O voto aos 16 anos será mesmo disputado no voto, já que nessa questão não há meio termo, ou se é contra ou a favor ao dispositivo. O mesmo vale para a proibição dos prefeitos a uma reeleição. O texto proíbe, mas muitos têm interesse em suprimir, deixando a proibição apenas para governadores e presidentes.

Nos Direitos Políticos o único ponto polêmico, com possibilidades de acordo e que ainda será negociado hoje, são as regras para a elegibilidade dos militares. A divergência está em torno do prazo para o militar se afastar de suas atividades, para se candidatar a um cargo eletivo. Os progressistas querem que esse prazo seja de cinco anos e os conservadores e assessores militares, que acompanham as negociações, não abrem mão que esse prazo seja de dez anos de ativa.

## Righi deve ir para MTb como prêmio

O presidente José Sarney deixou de lado ontem a questão da reforma administrativa, mas não se esqueceu de que, brevemente, terá que fazer substituição no Ministério do Trabalho, cujo titular, Almir Pazzianotto, deverá sair para ocupar uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho.

Dois nomes têm ocupado as conversas do "pequeno da casa" — ministros e assessores — quanto à substituição do ministro do Trabalho: Francisco Amaral, do PMDB, e Gastone Righi, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Francisco Amaral, paulista, entraria na cota do governador Orestes Quécia, uma das peças políticas fundamentais, senão a principal, para a sustentação política do presidente José Sarney, neste final de Governo.

O que se manifesta, também, no Palácio do Planalto, é que o governador Orestes Quécia já fez valer a sua força, de certa forma relativa ao apoio que dá ao Governo. E teria recebido o pagamento justo, por isso.

### Premiação

Tratar-se-ia, agora, de premiar a solidariedade que o Governo tem recebido do PTB e, principalmente, do seu líder, o deputado Gastone Righi, que já foi brindado pelo presidente José Sarney com uma viagem à China.

O deputado Gastone Righi desconfia, quando se fala no seu nome, como provável substituto do ministro Almir Pazzianotto. Talvez por não achar o momento oportuno, temendo uma exposição demasiada, diante dos adversários.

Ele lembra que seu nome já foi muitas vezes lembrado, mas acredita que o presidente José Sarney vai resolver a questão na esfera do PMDB, ou num campo ainda mais restrito, com o governador Orestes Quécia.

## Emenda de Gibson decidirá futuro político de Ulysses

A Constituinte definirá, esta semana ou, no máximo, no início da próxima, uma questão considerada fundamental para o futuro político do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães: a emenda do deputado pernambucano Nilson Gibson, do PMDB, que visa a retirar do parágrafo 5º do artigo 59 da futura Carta a proibição de reeleição para o mesmo cargo dos membros das Mesas diretoras das duas Casas do Congresso.

Mantido esse dispositivo, Ulysses não mais poderá ser reconduzido à presidência da Câmara, como desejam alguns dos seus seguidores e, em consequência, perderá em março do próximo ano, a condição de vice-presidente da República. A emenda de Gibson tem o apoio do relator Bernardo Cabral, mas sofre grande resistência entre os integrantes do grupo progressista do seu próprio Partido, o PMDB, nos partidos de esquerda, e mesmo entre líderes conservadores, como Amaral Netto, do PDS, e José Lourenço, do PFL.

Os defensores mais ardorosos da reeleição de Ulysses, como o maranhense Cid Carvalho e o mineiro Israel Pinheiro Filho, entendem que a manutenção do presidente da Constituinte como vice-presidente da República é importante inclusive como fator de equilíbrio do processo político, por se tratar de um nome que conquistou a confiança de diferentes setores envolvidos no processo de transição. O deputado baiano Genebaldo Correia afirma que a reeleição de Ulysses para a presidência da Câmara representaria uma justa homenagem diante da sua atuação na Constituinte e ao longo da transição.

### Hipóteses

Esses argumentos não comovem a corrente contrária. O deputado paraense Hélio Duque, um dos articuladores do grupo "progressista", assim como os líderes do PDT, Brandão Monteiro, e do PTB, Gastone Righi, entende que não se deve raciocinar com base na hipótese de um impasse institucional, inclusive porque, no entendimento deles, poucos meses separarão o fim do atual mandato de Ulysses (28 de fevereiro) da eleição presidencial (em outubro).



Após a verificação do quorum insuficiente, ontem, Ulysses pediu apoio dos líderes para o «esforço» entre os dias 25 e 30

## Lourenço: «É só demagogia»

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), acusou ontem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), de estar fazendo «demagogia barata» ao convocar sessões para os finais de semana. «Não vou nem tomar conhecimento disso», afirmou Lourenço, adiando que não mobilizará a bancada do PFL para votações no sábado e domingo, pois, segundo ele, falar em possibilidade de quorum nesses dias «é mentira».

Lourenço disse que a diferença entre ele e o presidente do PMDB é facilmente verificável: «Enquanto eu quero uma boa Constituição para a Nação, o doutor Ulysses quer uma boa Constituição para eleição». Em seguida, contraditoriamente, afirmou que aprovaria a Constituição «amanhã mesmo», mas queria saber «por que o dr. Ulysses quer aprovar».

No raciocínio de José Lourenço, Ulysses Guimarães não está cumprindo o que disse, a respeito de «fazer correções» no texto do projeto de Constituição, no 2º turno. Para exemplificar, citou uma série de dispositivos combatidos pelos setores conservadores, que foram confirmados na segunda votação, com votos do próprio Centrão, como o turno de 6 horas para trabalho de revezamento, aviso proporcional ao tempo de serviço e licença-paternidade, «que ficou quase igual ao que estava».

A ausência de modificações nesses itens, segundo Lourenço, seria uma comprovação de que Ulysses não estaria cumprindo

com a palavra. Ao ser lembrado de que a decisão sobre supressão ou manutenção de dispositivos é exercida soberanamente pelo plenário, não dependendo portanto do presidente da Constituinte, Lourenço indagou: «Será que ele não é presidente do PMDB?»

### Convocação inútil

Convocar sessão para o final de semana, segundo Lourenço, é tentar «enganar o País», pois o «PMDB também vai faltar», a exemplo dos demais partidos. «Eu não vou mobilizar a bancada porque os demais líderes também não vão, e estão mentindo quando dizem que vão».

O líder do PFL voltou a dizer, como tem feito nos últimos dias, que a nova Constituição está sendo votada com interesse nas eleições municipais. «É o único País do mundo onde se faz Constituição ao mesmo tempo em que se faz eleição», reclamou, contestando, porém, que seja o PFL o culpado pela falta de quorum, como teria acusado o líder do PL, Adolfo de Oliveira. Lourenço disse que, após essa acusação, teve o cuidado de fazer um levantamento sobre ausências em plenário e verificou que o índice de ausências no PMDB, PFL e PL é «praticamente o mesmo». Citou como exemplo o dia 28 de julho, quando a ausência no PMDB foi de 44%, no PFL de 44,35% e no PL de 37,05%. Apesar de o número de ausentes no PL ser menor, Lourenço considera que não é suficientemente menor para que o líder «possa acusar alguém».

## Plenário vota greve hoje

Os constituintes podem começar a votar hoje, sem nenhum acordo, o direito de greve, cujas negociações emperraram os trabalhos na sessão da última quinta-feira. Os líderes não conseguiram superar o impasse existente em torno da questão, em que o ponto principal é a permissão ou não de a greve poder ser feita por razões políticas ou exclusivamente para defender interesses trabalhistas. O PT quer manter o texto como está e não aceita restringir o direito, como quer o Centrão. Hoje eles voltam a se reunir antes da sessão para a última tentativa de acordo.

Entre algumas lideranças que estão participando das negociações há interpretações diferentes sobre o texto. O deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) assegura que o ministro do Trabalho, Almir Paz-

zianoto, lhe afirmou que, mantido como está o dispositivo, os tribunais acabarão por adotar a atual lei de greve, já que as restrições para os abusos que a lei vai definir de nada adiantam, pois o direito é muito amplo. Assim os sindicatos poderiam decretar greve por qualquer motivo, ficando os tribunais na impossibilidade de definir o que é abuso.

### Estabilidade

O deputado Paulo Paim (PT-RS) diz que a questão está no campo jurídico. Ele admite que poderá haver várias interpretações, mas discorda da posição de Ponte, pois «o caput do artigo é claro, já que compete aos trabalhadores decidir sobre a greve». Ele não concorda com a inclusão da palavra «seus» no texto, que restringiria muito o direito de greve. Já o deputado Roberto Freire, líder do PCB, acredita que «essa discussão é bizantina». Para ele, pouco importa se a expressão for ou não incluída no dispositivo.

Um outro ponto que emperra o acordo é a estabilidade para dirigentes sindicais. O texto estabelece que os diretores de sindicato, os suplentes ou a representação sindical, — que pode ser uma comissão de fábrica, por exemplo — tenham estabilidade até um ano após o término do mandato. O Centrão não concorda e quer manter a garantia apenas para os dirigentes. O deputado José Genoíno (PT-SP) avisa que também neste item não haverá acordo, porque em caso de uma greve a retaliação patronal recai sempre sobre a base das categorias, que são os representantes sindicais.



Genoíno: sem acordo



Nilson Gibson (PMDB-PE) conta com o apoio de Cabral

«Ao invés de se ficar pensando na questão da vice-presidência — diz Hélio Duque — o que se deve é abrir condições para a renovação dos cargos, estimulando o surgimento de novas lideranças. A possibilidade de reeleição dos membros das Mesas diretoras das Casas Legislativas, acrescenta, tende a estimular, nos Estados e municípios, o surgimento de novas oligarquias em alguns casos, até choques de poder. O presidente da Câmara de vereadores, que se mantenha por muito tempo no cargo «poderia, pela capacidade de barganha e através da fisiologia, até inviabili-

zar a administração municipal». Na realidade, o artigo 59 trata apenas da eleição das Mesas do Congresso, mas Hélio Duque considera inevitável que o mesmo dispositivo seja adaptado às constituições estaduais, para sua aplicação nas Assembleias e Câmaras de Vereadores. A mesma preocupação foi manifestada pelo líder petebista Gastone Righi, que teme as consequências da reeleição também no Congresso, «onde algumas pessoas poderão se perpetuar na direção das duas Casas, através da distribuição de cargos, benesses e viagens».

Arquivo 7 05 86